AS CONFIGURAÇÕES DO SISTEMA GLOBAL AGROALIMENTAR: REFLEXÕES SOBRE O ESTADO DE MATO GROSSO, MT

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad[1]
Zenicléia Angelita Deggerone[2]
Andreya Raquel Medeiros de França[3]
Jhose Iale Camelo da Cunha[4]

Resumo: Este artigo pretende apresentar uma discussão acerca da configuração do sistema agroalimentar no estado de Mato Grosso a partir de um modelo de desenvolvimento exógeno. Para tal, este trabalho foi estruturado por meio de uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se de dados já publicados sobre a temática. Dessa forma, verificou-se que, pela atuação do estado promovendo a aplicação de recursos financeiros em infraestruturas e de investimentos privados no agronegócio, Mato Grosso vem sofrendo devido a mudanças causadas pela introdução da soja enquanto principal produto econômico. Neste período, essa *commoditie* causou a homogeneização e a ocidentalização dos hábitos alimentares entre a população tradicional, a aceleração da urbanização e problemas ambientais decorrentes das queimadas e desmatamentos para a ampliação das áreas de produção desse produto agroindustrial.

Palavras-chave: agroalimentar, soja, Amazônia, desenvolvimento exógeno.

THE CONFIGURATIONS OF THE GLOBAL AGRIFOOD SYSTEM: REFLECTIONS ABOUT STATE OF MATO GROSSO - MT

Abstract: This article intends to present a discussion about the configuration of the agrifood system in the State of Mato Grosso, from an exogenous development model. For this, the present study was structured through a bibliographical research, using already published data on the subject. In this way, it was verified that through State action promoting the application of financial resources in infrastructures and of private investments in agribusiness, Mato Grosso has been suffering from the changes caused by the introduction of soybeans, as the main economic product. In this period, this commodity has been causing the suppression of food biodiversity among the traditional population, the acceleration of urbanization and environmental problems due to the burning and deforestation to expand the production areas of this agroindustrial product.

Keywords: agrifood, soybeans, Amazonia, exogenous development.

[1] Graduada em Agricultura Familiar e Sustentabilidade (UFSM), Direito e História (Unisinos) e Ciências Sociais (Ulbra); Mestrado em Geografia (UFSM) e História da América Latina (Unisinos); Doutorado em História da América Latina (Unisinos) e Doutoranda em Geografia (UFSM). Professora dos cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Campus em Santa Maria. E-mail: profleo@ig.com.br.
[2] Graduada em Administração (UERGS); Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento (Univates); Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS); Professora dos Cursos de Graduação e Pós-graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) - Unidade em Erechim. E-mail: zenicleiadeggerone@gmail.com.
[3] Graduada em Gestão Ambiental (UERN); Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (Ufersa); Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS). E-mail: andreya_raquel@hotmail.com.
[4] Graduada em Ciências Sociais (UERN); Mestrado em Ciência da Educação (ULHT); Doutoranda em Sociologia (UFRGS); Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa) - Campus Mossoró. E-mail: jhose.iale@ufersa.edu.br.

INTRODUÇÃO

A agricultura mundial encontra-se sob forte pressão para garantir segurança alimentar e fornecer energia limpa, porém o cenário global previsto é caracterizado pelos seguintes elementos: crescente escassez dos recursos terra, água e florestas; aumento substancial da população global, e esta se concentrando nas áreas urbanas, além dos aumentos decrescentes de produtividade de alguns cultivos, como milho, arroz, e trigo, em países produtores de alimentos e matérias-primas.

Impulsionada pelas mudanças tecnológicas e a globalização, a agricultura está se tornando cada vez mais intensiva em capital e integrada aos estágios antes e depois da porteira. Em decorrência desse processo, as diversas cadeias produtivas que compõem o sistema agroalimentar se tornam cada vez mais coordenadas verticalmente por agentes privados. Tais cadeias "estritamente coordenadas" são organizadas como resposta estratégica dos participantes do agronegócio frente às demandas de mercados cada vez mais integrados às cadeias globais de valor (ZYLBERSZTAJN & FARINA, 1999).

Nesse contexto, Lopes (2013) destaca dois fatos marcantes da história da agricultura brasileira nos últimos 40 anos: o desenvolvimento de sistemas adaptados aos diferentes ecossistemas brasileiros e a geração de conhecimentos e tecnologias para adaptação do Cerrado à produção de alimentos. Como consequência, em especial nos últimos 20 anos, houve um destacado crescimento na produção e na produtividade agrícola nacional, em especial a produção de soja no estado de Mato Grosso, que culminou na alteração dos processos de produção e consumo de alimentos nesse estado da Federação.

Segundo Silva e Garavello (2015), na região Amazônica esse processo tem desvinculado o alimento da natureza, e tal fenômeno é chamado de transição alimentar, devido a possível homogeneização dos hábitos alimentares e consequentemente da cultura; o que não corresponde simplesmente a uma defesa utópica do tradicional em lugar do moderno ocidental, mas sim ao reconhecimento do padrão mundial de transformação dos hábitos alimentares tradicionais.

Essa configuração espacial no estado de Mato Grosso vem sendo comprometida pelas transformações provocadas pela produção de *commodities*, com especial destaque à sojicultura, à cana-de-açúcar e à pecuária de corte, que atingem principalmente o bioma Cerrado. Essa expansão agroindustrial da soja guarda relação com as mudanças ocasionadas pelos regimes agroalimentares.

Dessa forma, o objetivo deste artigo consiste em apresentar uma discussão acerca da configuração do sistema agroalimentar no estado de Mato Grosso, MT, a partir de um modelo de desenvolvimento exógeno.

Este estudo define-se como pesquisa bibliográfica, considerando a análise de material já

publicado, constituído de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados pela internet (STRIEDER, 2009).

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica consiste em um resumo geral relacionado aos principais trabalhos já desenvolvidos e que sejam pertinentes com o tema a ser estudado. Já Martins e Theóphilo (2009) estabelecem que a pesquisa bibliográfica procura explicar e debater um objeto, um tema ou um problema baseado em estudos publicados em livros, revistas, jornais, sites e outros. Eles afirmam também que a pesquisa bibliográfica é um excelente elemento que pode ser considerado como parte de qualquer trabalho científico para a construção do embasamento teórico do estudo.

Para atender o objetivo deste artigo, este trabalho está organizado em quatro secções: inicialmente são apresentados os elementos que descrevem a formação do território da região Amazônica; em seguida são elencadas as desconexões dos sistemas alimentares locais que aconteceram no estado de Mato Grosso; a terceira secção destaca como se configurou a produção agroalimentar da soja em Mato Grosso.

O TERRITÓRIO E A FORMAÇÃO DA REGIÃO AMAZÔNICA

A região Amazônica aparece na literatura primordialmente nos relatos dos viajantes naturalistas europeus, desde meados do século XVIII, sendo notável a denominação "Hileia", dada pelo naturalista Alexander Von Humboldt ao referir-se à grande floresta equatorial úmida no século XIX. Durante o século XX foram inúmeras as referências à região, muitas vezes identificada como "inferno verde"; "paraíso verde"; "eldorado", "terra prometida", entre outras, evidenciando algumas vezes a natureza intocada, selva impenetrável, imenso vazio; e em outras, uma terra habitável e de promissão (LEITE, 2001).

A geógrafa Bertha K. (2007), importante estudiosa da região, divide a ocupação da Amazônia em três marcos principais: a formação territorial (1616-1930); o planejamento regional (1930-1985); e a incógnita do *Heartland* (Coração da terra), a partir de 1985.

Para essa autora, dentro do primeiro marco, nos anos de 1616 a 1777, efetuou-se a apropriação lenta e gradativa do território, estendendo os domínios portugueses para além do Tratado de Tordesilhas, tendo como base econômica a exportação de produtos nativos, como: plantas, frutas e raízes, as chamadas "drogas do sertão".

A configuração do que hoje é a Amazônia se fez somente entre 1850 e 1899[5], sob a preocupação imperial com a internacionalização da navegação do grande Rio Amazonas e o

[5] Nesse contexto, para Becker, a abrangência da Amazônia guarda relação estreita com o bioma amazônico, que se estendia, no período colonial/imperial, às províncias do Grão Pará, Amazonas e Mato Grosso.

"boom" da borracha, sendo que a formação territorial finalmente completou-se com a definição dos limites da região entre 1899 e 1930.

Becker (2001) atribui a esse modelo o conceito de "economia de fronteira" em que o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinita, baseados na exploração de recursos naturais, percebidos igualmente como infinitos. Nesse sentido cumpre referir que o interesse efetivo pela Amazônia ocorreu em momentos de valorização momentânea de seus produtos para o mercado internacional, seguindo-se de longos períodos de estagnação.

Diante desse contexto, a atuação do governo português, ainda no período colonial, e depois brasileiro, em grande parte do século XIX, foi capaz de controlar o território sem viabilizar o aumento da população e o pleno desenvolvimento daquela região, cabendo destacar aqui que a área em estudo diz respeito às áreas integrantes da Província do Grão Pará, que após a Proclamação da República foi dividida em Província do Grão Pará e Província do Amazonas (atualmente parte do Amazonas e parte de Roraima) e o norte da Província de Mato Grosso[6]. As duas províncias tornam-se estados após 1891.

O controle do território foi mantido por um processo de intervenção em locais estratégicos pelo domínio gradual da terra e pela criação de unidades administrativas vinculadas diretamente ao governo central. Os *surtos* voltados para os produtos extrativos de exportação, as estratégias de controle do território e os modelos de ocupação marcaram toda a formação territorial da Amazônia, sendo que o modelo endógeno, referido por Becker (2007), foi muito menos expressivo após as missões, representado por alguns projetos de colonização e sobretudo pelos povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. O modelo exógeno predominou na ocupação regional por meio de investimentos públicos em infraestrutura e investimentos privados em agronegócios.

O segundo marco da ocupação da Amazônia tem como característica o planejamento governamental, com a formação de um aparelho estatal e crescente intervenção na economia e no território. A fase inicial do planejamento regional (1930-1966) corresponde à implantação do Estado Novo, por Getúlio Vargas, sendo mais discursiva do que ativa na análise de Becker (2007). A "Marcha para o Oeste", a criação da Fundação Brasil Central (1944), a inserção do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA) na Constituição de 1946, a delimitação oficial da

[6]Segundo Becker (2001), historicamente, dois modelos de ocupação territorial se contrapõem na Amazônia, embora ambos a partir de iniciativas externas. O modelo endógeno refere-se a uma visão interna do território, fruto do contato com os habitantes locais e privilegiando a autonomia e o desenvolvimento locais, como foi o projeto missionário, que conseguiu o controle do território com uma base econômica organizada. No padrão endógeno, as populações vivem de produtos naturais locais. Já o padrão das relações externas, exógeno, é baseado na visão externa ao território, que afirma a soberania, privilegiando as relações com as metrópoles, sendo que o modelo básico utilizado é o das redes de articulação externa, constituídas por núcleos que asseguram a produção e sua concentração para exportação. Modelo exógeno – privilégio dado às exportações; modelo endógeno – desenvolvimento local.

região e a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) apenas revelaram uma preocupação com a região, mas não obtiveram efetiva implementação.

Cunha (2012) assevera que a migração em direção à Amazônia só se acentuou no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), por meio da implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, sendo que, entre 1950-1960, a população da região passou de um milhão para cinco milhões.

Somente entre os anos de 1966 e 1985 que é possível identificar o planejamento/intervenção efetivo para a região, sendo um contexto onde o Estado toma para si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de exploração/apropriação amazônico, em um projeto de modernização da sociedade e do território nacional. Assim, a reocupação assume papel prioritário, pois é percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expropriação de pequenos produtores do Nordeste, Sul e Sudeste pela modernização do setor primário (BARROZO, 2008, p. 31)

Para potencializar a apropriação física e controlar o território, o Estado brasileiro implantou uma malha viária na Amazônia. Foi um momento de exploração dos recursos naturais intensa pela abertura de estradas, exploração da madeira seguida da expansão agropecuária e intensa mobilidade espacial da população (CUNHA, 2012).

Nesse sentido salienta-se pertinente referir que a Amazônia Brasileira, concebida como uma região com potencial econômico, foi delimitada pela Lei nº 1.806[7], sancionada em 1953 no governo de Getúlio Vargas.

Resultante de um conceito político-econômico, a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de *Amazônia Legal*, devido à necessidade de o País planejar e promover o desenvolvimento na região. Os dispositivos legais de delimitação da Amazônia foram alterados ao longo dos anos para se adequar melhor aos interesses do Estado, visto que essa definição foi e é utilizada pelo poder público para implantação de políticas públicas. Uma importante modificação foi instituída com a promulgação da Lei n° 5.173, de outubro de 1966[8].

Dessa forma a definição da *Amazônia Legal* tinha como objetivo estabelecer quais estados

[7] Art. 2° A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo 13º e do Maranhão a oeste do meridiano de 44 º (BRASIL, 1953).

[8] Art. 2º A Amazônia, para os efeitos desta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º (BRASIL, 1966)

seriam alvos das políticas públicas e, principalmente, para onde seriam direcionados os recursos como estímulo ao crescimento econômico. Com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, toda a área do estado de Mato Grosso passa a fazer parte da Amazônia Legal. Atualmente, fazem parte da Amazônia Legal a área dos estados da região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), acrescida da totalidade do estado de Mato Grosso e dos municípios do estado do Maranhão (IBGE, 2014).

O ESTADO DE MATO GROSSO E AS DESCONEXÕES COM SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS

Feitas essas considerações passa-se a descrever sumariamente o processo de reocupação do Centro-Oeste brasileiro, com especial ênfase à região compreendida pelo estado de Mato Grosso, identificado pela literatura especializada como o grande laboratório, do projeto de *modernização conservadora* do campo brasileiro, implementada pelo Estatuto da Terra.

A reocupação sistemática da região ocorreu em fins da década de 1950 e se intensificou após 1964, com a efetivação das propostas colonizadoras constantes no Estatuto da Terra, uma vez que os governos militares que chegam ao poder naquele contexto deliberam pela integração efetiva da região no processo de desenvolvimento nacional.

Hall (1991) aponta que o golpe de 1964 foi um divisor de águas na formulação da política para a região, pois até então as iniciativas públicas para explorar os recursos daquela área tinham sido pouco efetivas. Foi o presidente Castelo Branco que salientou a necessidade de obter-se mais eficiência no planejamento para a região, enfatizando o protagonismo da iniciativa privada na colonização da região. Tais recomendações estão materializadas na chamada "Operação Amazônia", que desencadeou uma série de políticas para a região com o objetivo de criar polos de desenvolvimento.

Sobre o potencial econômico da região, Zuleide Ponte infere:

> As concepções do projeto desenvolvimentista de integração da Região Amazônica ao projeto das elites, como regiões subdesenvolvida, "vazio demográfico", etc., são apenas expressões que remetem à única possibilidade possível de conduzir a Região Amazônia ao processo de integração para cumprir o papel histórico que, de antemão, já lhe estava reservado ontem e hoje, como fornecedora de riquezas naturais para os centros industriais desenvolvidos (PONTE, 2003, p.3)

Os governos militares, principalmente no período Médici (1969-1974), apresentaram a Amazônia como um vazio demográfico: a "terra sem homens para homens sem terra" atraindo populações do Nordeste e Sul do País. Morbach (2001) considera que os conceitos de "vazio demográfico" e "terras sem homens" ocuparam o imaginário coletivo, estabelecendo estreitas relações entre as metas de ocupação dos militares e os desejos das populações rurais.

Estudo desenvolvido por Cunha (2012) sobre o uso de imagens no projeto colonizador de Mato Grosso informa que foram expressivas as peças publicitárias financiadas por entidades públicas.

O governo federal, a partir do final da década de 1960, estimulava a exploração da Amazônia incentivando grandes empresas a ocuparem vastas regiões, desconsiderando absolutamente a histórica presença de indígenas e agricultores tradicionais naquelas áreas, uma vez que a região era apresentada como desocupada, reiterando o mito do vazio demográfico, também já referido.

Nesse sentido a constituição daquela fronteira é tratada como *frente pioneira,* que, nas palavras de Martins (2009*),* toma como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante, o pequeno agricultor moderno e capitalizado, enfim o empreendedor, como agentes protagonistas do capital. Para José de Souza Martins, a noção de pequeno agricultor capitalizado diz respeito àqueles que, em seu estado de origem, a grande maioria sulistas, acabaram por vender suas propriedades, naquele contexto identificadas como minifúndios pelo Estatuto da Terra, e com esses recursos foram capazes de comprar áreas de terra muito maiores que aquelas de seu estado de origem.

A *frente pioneira* para o autor antes referido é também uma situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida e à mudança social, visto que as populações tradicionais, geralmente invisibilizadas, são identificadas com o atraso a ser superado a qualquer custo, ainda que implique no extermínio físico e/ou cultural desses grupos.

O contexto antes descrito implicou em uma mudança drástica do sistema agroalimentar da região, historicamente orientado para o autoconsumo e marcado por uma diversidade expressiva, própria da localização do estado, no qual encontram-se três dos seis biomas brasileiros: Cerrado, Pantanal e Amazônia.

O sistema agroalimentar institucionalizado e consolidado no mundo e no Brasil a partir da segunda metade do século XX incorre na desconexão entre produtores e consumidores de alimentos. Essa ruptura decorre da artificialização dos sistemas de produção e desconexão dos ecossistemas e saberes locais, além da inserção a montante e a jusante dos circuitos longos de produção de alimentos.

A região Amazônica, antes da década de 1970, pode ser caracterizada pela existência de um sistema onde havia expressiva conexão entre agricultores e consumidores com circuitos comerciais bastante dinâmicos, nos quais as feiras comercializavam principalmente a diversificada fauna ictiológica decorrente da complexa rede fluvial da região, bem como farinhas de mandioca de diferentes tipos, visto que o estado é um dos centros de origem e diversificação da mandioca

(*Manihot esculenta* Crantz.), sendo essa região detentora de uma grande tradição de produção de farinha, devido ao alto consumo pela sua culinária regional. A agricultura familiar desempenhava papel fundamental na diversidade de plantas, representando uma forma importante de conservação in situ.

Essa configuração espacial vem sendo comprometida pelas transformações provocadas pela produção de commodities, com especial destaque para a cultura da soja, cana-de-açúcar e pecuária de corte, que atingem principalmente o bioma Cerrado, que é o segundo maior bioma brasileiro, considerado a savana mais rica em biodiversidade do mundo. O Cerrado é o bioma com menor proteção legal do País e, de acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), já perdeu mais de 80% de sua cobertura original.

Em função de sua geografia plana, o cerrado mato-grossense é muito valorizado pela pecuária e pela agricultura extensiva e mecanizada; em virtude de tais aspectos, expandiu o crescimento econômico como também a catastrófica degradação ambiental da região.

O aumento da produção de soja em Mato Grosso foi acompanhado pelo aumento da área plantada, atualmente o estado é o maior produtor brasileiro de soja, com uma produção estimada de 31,887 milhões de toneladas, cultivada em uma área aproximada de 9,519 milhões de hectares (CONAB, 2018).

A ampliação da área de soja é decorrente do desmatamento, que suprime a vegetação nativa para a produção da oleaginosa. Segundo dados elaborados por Valdiones et al., (2017), entre os meses de agosto de 2016 e julho de 2017, o desmatamento da área florestal na Amazônia, levantado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi de 6.624 km². E o estado de Mato Grosso foi responsável por 20% de todo o desmatamento detectado na Amazônia, o que significa mais de 1.341 km² de florestas desmatadas em corte raso.

Além do desmatamento, é possível associar outros problemas ao cultivo dessa *commoditie*:

> De modo geral, como é um dos maiores vetores de desmatamento do Cerrado, grande consumidora de agrotóxicos, consolidadora do modelo monocultor e introdutora da transgenia no Centro-Oeste, a soja vem acompanhada de uma grande carga de impactos sobre o ambiente onde está inserida. Degradação, erosão, empobrecimento e desertificação do solo, destruição das matas ciliares, contaminação de cursos d'água, disseminação das queimadas (que anualmente vitimam milhares de animais silvestres e causam graves doenças respiratórias principalmente em crianças), pulverização de venenos sobre pequenos agricultores, indígenas e suas plantações, introdução de um novo paradigma de consumo capitalista entre as populações tradicionais e aprofundamento do preconceito e do racismo contra os indígenas são alguns "efeitos colaterais" da sojicultura e de sua proposta de desenvolvimento (REPÓRTER BRASIL, 2010, p. 5)

Em relação à cultura da soja em Mato Grosso, Costa (2000) refere-se à exclusão da população amazônica nesse processo. O autor afirma que seu cultivo somente é rentável se

praticado em grandes áreas, o que demanda grande quantidade de capital e conhecimento técnico, gerando um processo de concentração fundiária e de renda, com a modificação efetiva do sistema agroalimentar.

O avanço da produção de *commodities* na região é decorrente de um sistema global que fortaleceu o sentido mercantil da relação entre produção e consumo de alimentos e ampliou a distância entre as bases de suprimentos e as comunidades, expandindo o mercado e alargando as transações comerciais. Para McMichael (1996) e Friedmann (2000), essas transformações no sistema agroalimentar resultaram em uma padronização do consumo alimentar e no fortalecimento de cadeias produtivas transnacionais que passaram a integrar os mercados.

A DINÂMICA GLOBAL DA PRODUÇÃO AGROALIMENTAR DO ESTADO DE MATO GROSSO

A compreensão acerca dessa configuração do abastecimento agroalimentar pode ser entendida a partir da abordagem dos regimes alimentares (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989; MCMICHAEL, 2016), que permite compreender, dentro da perspectiva histórica e geográfica, o papel da agricultura e dos alimentos na dinâmica do capitalismo internacional.

Delineando periodizações amplas, o estudo dos regimes alimentares tem identificado três períodos que correspondem a diferentes regimes de acumulação e regulação social: o primeiro regime alimentar, constituído no final da hegemonia britânica (1870-1930); o segundo regime alimentar, correspondendo ao período "*fordista*" centrado na hegemonia americana no pós-II Grande Guerra (1950-1973); e o terceiro regime alimentar, denominado de "regime alimentar corporativo", correspondendo ao momento atual da globalização financeira.

Com base nessa periodização, a correlação entre os principais acontecimentos relativos aos regimes alimentares e à produção de alimentos no estado de Mato Grosso passa a ter uma relação muito próxima ao segundo regime alimentar. Esse regime esteve centrado nos Estados Unidos e redirecionou o modelo norte-americano de agroindustrialização internacional, que focavam na adoção de tecnologias oriundas da Revolução Verde, que incluía: mecanização das atividades agrícolas, utilização de insumos químicos, produção em larga escala (PATEL, 2012), nos países em desenvolvimento.

Os reflexos dessa política desenvolvimentista foi uma reestruturação dos setores agrícolas, em que a agricultura se tornou muito mais integrada com a indústria, a montante como consumidora de insumos químicos e máquinas e a jusante com os produtos agrícolas sendo transformados em produtos e alimentos processados para os consumidores finais. A estratégia era produzir mais alimentos e baratos para um país que estava se industrializando e urbanizando, pois

isso era condição necessária para manter a hegemonia capitalista.

O terceiro regime, segundo McMichael (2016), ficou denominado de "regime alimentar corporativo" e incorporou novas regiões como a China e o Brasil ao mercado alimentar de proteína animal, integrando cadeias de suprimento diferenciadas a uma nova configuração, designada de *supermarket revolution* e *"*liberal produtivista".

Na *supermarket revolution,* esses locais de comercialização de alimentos substituem os canais tradicionais de distribuição, com a montagem de centrais próprias de distribuição por país ou região, e também substituem fornecedores tradicionais, operando com um número limitado de fornecedores especializados que atendem às especificações de entrega, leque de produtos e padrões de qualidade (WILKINSON, 2008).

Já a conformação "liberal produtivista" permite a atuação livremente dos capitais sobre o sistema agroalimentar, impondo suas formas de regulações, incluindo ou excluindo localidades, matérias-primas e mão de obra, e atuando de acordo com sua conveniência (MCMICHAEL, 2016).

Segundo Ploeg (2008), os operadores desse sistema se constituem em impérios alimentares. Pois se trata de um pequeno número de grandes indústrias de processamento de alimentos, empresas comerciais e redes de supermercados sem histórico de vinculações com o setor produtivo, mas que por estratégias de reordenamento e de acumulação e centralização de capital se apropriam, operam e controlam a organização e o funcionamento da produção e do consumo. Por conseguinte, são eles que por especulação, acumulação e a utilização do capital financeiro de diferentes formas e variados ramos de negócios têm a oportunidade de lucrar com a distribuição e o deslocamento dos alimentos. Essas estratégias corporativas acabam por promover distintos reajustes no sistema agroalimentar, tais como aquisições, fusões e alianças, com uma multiplicidade de consequências (SILVA, 2016).

Sob esse regime o sistema se organizou através das cadeias globais de *commodities*, ou das cadeias globais de valor (GEREFFI, HUMPHREY, STURGEON, 2003), e pelo crescimento de sistemas produtivos relacionados com a obtenção de economias de escala para produtos padronizados.

O carro-chefe desse regime têm sido as atividades vinculadas ao cultivo e processamento da soja, incidentes em primeiro lugar em Mato Grosso (CASTRO et al., 2002). A ocupação nesses termos e as transformações sociais e econômicas associadas também são, todavia, reflexos dos movimentos do capitalismo mundial, por meio das cadeias globais de valor. De fato, essa expansão agroindustrial guarda relação com as mudanças ocasionadas pelos regimes alimentares observados em termos mundiais, entre cujos resultados figura a valorização de produtos como a soja (WILKINSON, 1999). De fato, a soja amazônica, na forma de grãos, farelo ou óleo, penetra

amplamente em mercados internacionais, destacando-se a China, seguida por países da União Europeia.

No estado de Mato Grosso, o avanço da soja, conjugada principalmente à pecuária, mas também ao algodão, representa aprofundamento da penetração e da ocupação com frentes de expansão econômica e demográfica. De todo modo, esse longo e intenso processo se expressa em forte crescimento da urbanização, com maior velocidade nas últimas décadas. Nesse contexto Becker (2006, p. 31) afirma que a Floresta Amazônica "é hoje uma floresta urbanizada". Ademais as consequências ambientais da ocupação dessas áreas agrícolas e da urbanização são as queimadas e os desmatamentos, que há muito estão presentes no cotidiano amazônico.

Para Schwenk (2013), as transformações decorrentes do processo de expansão da soja têm acarretado mudanças significativas no estado de Mato Grosso. As paisagens antes naturais e diversificadas foram substituídas pelas artificiais simplificadas e acompanhadas de artefatos agrícolas, altamente tecnificadas e mecanizadas, voltadas para uma produção agrícola com inserção internacional priorizando a exportação integrada das cadeias globais de valor. Além disso, a mesma autora afirma que ocorreu fragmentação, perdas da biodiversidade e eliminação de espécies importantes em várias formas de utilização humana: alimentícia, farmacêutica, comercial e industrial.

Nessa direção, é possível mencionar que o futuro da agricultura está intrinsecamente vinculado a melhor administração da base de recursos naturais da qual depende. Em um sistema agrícola, a sustentabilidade só poderá ser alcançada por meio da conservação dos recursos naturais em práticas baseadas na interação do homem com a natureza, estando as questões relacionadas à produção alimentar com saúde pública, que só será alcançada caso exista um ambiente ecologicamente equilibrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste artigo permitiu identificar que a região Amazônica teve inicialmente uma apropriação lenta de seu território, cuja base econômica foi a exportação de produtos nativos, como plantas, frutas e raízes, chamados de "drogas do sertão", seguidas da extração de borracha.

Verificou-se também que o Brasil a partir dos anos de 1966 intensificou o processo de planejamento/intervenção efetivo nesta região por meio da potencialização da apropriação física e do controle do território, mediante exploração dos recursos naturais pela abertura de estradas, exploração da madeira seguida da expansão agropecuária e intensa mobilidade espacial da população.

Dessa forma, inúmeros contingentes populacionais que ocuparam a região fizeram dessa

frente pioneira, descrita nas palavras de José de Souza Martins como a "modernização", que até então era identificada como o atraso a ser superado, promoveram uma mudança drástica do sistema agroalimentar da região, historicamente orientado para o autoconsumo e marcado por uma diversidade alimentar expressiva na região do cerrado. Assim, essa configuração espacial foi comprometida pelas transformações provocadas pela produção de *commodities*, com especial destaque à cultura da soja.

Nesse sentido, verifica-se que esse processo de avanço da produção de *commodities* na região é decorrente de um sistema global que fortaleceu o sentido mercantil da relação entre produção e consumo de alimentos e ampliou a distância entre as bases de suprimentos e as comunidades, expandindo o mercado e alargando as transações comerciais a escalas globais.

Com base na periodização dos regimes alimentares, identificou-se que a produção de alimentos no estado de Mato Grosso tem uma relação muito próxima ao período denominado "*fordista*". Nesse regime, a região adotou as tecnologias oriundas da Revolução Verde, a partir da mecanização das atividades agrícolas, da utilização de insumos químicos, da produção em larga escala. Sendo que os reflexos desse período foram uma reestruturação dos setores agrícolas, em que agricultura se tornou muito mais integrada com a indústria, a montante como consumidora de insumos químicos e máquinas, e a jusante com os produtos agrícolas sendo transformados em produtos e alimentos processados para os consumidores finais. Já o terceiro regime, foi designado de *supermarket revolution* e de "liberal produtivista". O *supermarket revolution* substituiu os fornecedores tradicionais, operando com um número limitado de fornecedores especializados que atendem às especificações de entrega, leque de produtos e padrões de qualidade, já a conformação "liberal produtivista" permite a atuação livremente dos capitais sobre o sistema agroalimentar. E sob esse regime o sistema se organizou por meio de cadeias globais de *commodities*, ou de cadeias globais de valor e o crescimento de sistemas produtivos relacionados com a obtenção de economias de escala para produtos padronizados, como é o caso da soja em Mato Grosso, MT.

Assim, o avanço da soja representa o aprofundamento da ocupação da frente de expansão econômica e demográfica dessa região, além de consequências ambientais, por meio das queimadas e desmatamentos, paisagens artificiais simplificadas e acompanhadas de artefatos agrícolas, altamente tecnificadas e mecanizadas. Além do mais, ocorreu a fragmentação e perdas da biodiversidade utilizadas na alimentação humana, farmacêutica, comercial e industrial.

REFERÊNCIAS

BARROZO, João Carlos. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. João Carlos Barrozo (Org.). **Mato Grosso:** do sonho a utopia da terra. Cuiabá, MT: EDUFMT, 2008

BECKER, Bertha K. Amazônia. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Geopolítica da Amazônia**, São Paulo: Garamond, 2006.

_____. **Amazônia**: geopolíticas na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BRASIL. Lei 1.806, de 06 de janeiro de 1953. **Dispõe sobre o Plano de valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2018.

_____. **Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização 14 Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5173.htm>. Acesso em: 15 maio 2018.

CASTRO, A. M. G. de et. al. **Competitividade da cadeia produtiva da soja na Amazônia Legal**. Belém: SUDAM-UFPE/FADE-EMBRAPA, 2002.

CONAB (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO). **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. v. 5, n. 11. Brasília: Conab, 2018.

COSTA, F. G. **Avaliação do potencial de expansão da soja na Amazônia Legal**: uma aplicação do modelo de Von Thünen. 2000. 162 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP, Piracicaba.

CUNHA, M. L. do P. **Desmatamento e progresso na Amazônia Legal**: movimento ecológico e as políticas econômicas da ditadura militar (1964-1985). Dissertação (mestrado) –Universidade Federal de Mato Grosso, 2012. 164f.

FRIEDMANN, H. What on Earth is the modern world system? Foodgetting and territory in the modern era and beyond, **Journal of World Systems Research**, Special Issue, Volume XI, No. 2, Summer/Fall 2000.

FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. **Agriculture and State System**. Sociologia Ruralis, v.29, n.2, p.93-117. 1989.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. J. **The governance of global value chain**: an analytic framework. 2003.

HALL, A. L. **Amazônia desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no programa Grande Carajás.Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo Agropecuário**, 2008. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 14 abr. 2017.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Cadastro de Municípios localizados na Amazônia Legal.** 2014. Disponível em:<https://ww2.ibge.gov.br/-home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>. Acesso em 28 ago. 2018.

LEITE, Marcelo. **A floresta amazônica**. São Paulo: Publifolha, 2001.

LOPES, M.A. **Entrevista: Maurício Lopes, presidente da Embrapa.** Agronergético: informativo da Embrapa Agroenergia. 41 ed., 06 Mai. 2013. Disponível em: Acesso em: 17 fev. 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R.; **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo, Atlas, 2009. 247 p.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira***:* a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MCMICHAEL, P. **Development and Social Change**: A Global Analysis. Boulder CO: Pine Forge, 1996.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Trad. Sonia Midori. 1. Ed. São Paulo; Porto Alegre: Unesp; UFRGS, 2016.

PATEL, R. C. Food Sovereignty: power, gender, and the right to food. **Plos Medicine**, São Francisco, v. 9, n. 6, p. 1–4, 2012.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre*:* UFRGS*,* 2008.

PONTE, Z. P. X.. **Região amazônica, projeto de integração do estado brasileiro e alteridade**. 2003. 133 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

REPÓRTER BRASIL – Organização de Comunicação e Projetos Sociais. **Impactos da soja sobre Terras Indígenas no estado do Mato Grosso**. Documentário, Jul. 2010. Disponível em: < http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/indigenas_soja_MT.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SCHWENK L. M. Transformações decorrentes do processo de expansão da soja em mato grosso: algumas reflexões no contexto ambiental, econômico e social. **Revista Mato-Grossense de Geografia** - Cuiabá - n. 16 - p. 61 - 88 - jan/jun 2013.

SILVA, G. P. da. **A construção social dos circuitos curtos de comercialização e consumo de alimentos**: a emergência de novas institucionalidades. 2016. 274 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SILVA, R. de J; GARAVELLO, M. E. P. E. **Ensaio sobre transição alimentar e desenvolvimento em populações caboclas da Amazônia. Segurança Alimentar e Nutriciona**l, Campinas, SP, v.19, n.1, p.1-7, fev. 2012.

STRIEDER, R. **Diretrizes para elaboração de projetos de pesquisa**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2009. (Metodologia do Trabalho Científico, v. 3).

VALDIONES, A. Et al. **Análise do Desmatamento em Mato Grosso** (Prodes/2017). 2017. Disponível em: <https://www.icv.org.br/wp-content/uploads/2018/01/desmatamento-mato-grosso-2017.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

WILKINSON, J. (org.) **Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores:** o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ZYLBERSZTAJN, D. e FARINA, E. M. Q. **Strictly coordinated food-systems**: exploring the limits of the Coasian Firm.International Food and Agribusiness Management Review, Stanford, v. 2, n. 2, p. 249-265, 1999.